

---

# Revista

---

# HOSPITALIDADE

ISSN 1807-975X

V. VII, número 2 - Dezembro 2010

---

## **EDUCAR PARA O TURISMO: CONTRIBUTOS ESTRATÉGICOS PARA A SUSTENTABILIDADE DE DESTINAÇÕES**

### **EDUCATING FOR TOURISM: CONTRIBUTIONS TO STRATEGIC SUSTAINABILITY OF ASSIGNMENTS**

Giselle M. Pilla Blankenstein<sup>1</sup>  
Luís Henrique Souza<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo reflete sobre a perspectiva de uma base educacional como contributo à sustentabilidade de destinos turísticos. De forma específica, estuda-se a possibilidade de inclusão do turismo na educação das pessoas, sendo dada ênfase em sua implementação no ensino fundamental. A viabilidade e as dificuldades desta alteração no currículo escolar, bem como a melhor forma de fazê-lo, se como tema transversal ou se como disciplina autônoma, são também abordados. A análise é feita com o objetivo de verificar se a alteração proposta contribuiria para a sustentabilidade do turismo. Para desenvolver a argumentação utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisada exploratória em bibliografias especializadas em turismo e educação, incluindo-se, também, material disponibilizado na rede mundial de computadores – Internet. Os resultados da pesquisa e das reflexões mostram que o turismo apresenta interfaces com os temas transversais previstos na Lei de Diretrizes Básicas Educação (LDB), motivo pelo qual se formulou a hipótese de sua inserção à categoria “outros” incluso entre os temas transversais previstos na LDB. A inserção do turismo na educação formal, nos primeiros oito anos de estudo, mais do que contribuir para a formação do indivíduo, seria também uma estratégia para a sustentabilidade do turismo.

---

<sup>1</sup> Especialista em Turismo pela Universidade de Brasília

<sup>2</sup> Professor do curso de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Turismo pela Universidade de Aveiro.

**PALAVRAS-CHAVES:** Turismo. Educação. Transversalidade. Cidadania. Sustentabilidade

**ABSTRACT:** This paper proposes a reflection about the prospect of an educational basis as a contribution to the sustainability of tourist destinations. Specifically, we study the possibility of including tourism in the educational system, with an emphasis on its implementation in elementary schools. The feasibility and difficulties of this change in school curriculum as well as the best way to do it, either as cross-cutting theme or an autonomous discipline, are also addressed. The analysis is performed in order to verify if the proposed amendment contributes to the sustainability of tourism. To develop the argument, an exploratory research was used as a methodological procedure, by consulting specialized bibliographies in tourism and education. The research results show that tourism has interfaces with cross-cutting themes set out in Brazilian Lei de Diretrizes e Bases (Basic Education and Guidelines Act), and this is the reason for its insertion in the category “other” of this Law. The inclusion of tourism in formal education, in the first eight school years, in addition to developing awareness would educate individuals on issues related to sustainable tourism.

**KEYWORDS:** Tourism. Education. Cross-cutting themes. Citizenship. Sustainability

## INTRODUÇÃO

O conhecimento permitiu que os seres humanos deixassem de ser nômades, contudo não extinguiu a característica de deslocar-se. Atualmente a análise das razões e conseqüências destes deslocamentos é feita através do estudo do turismo. O turismo como lazer começou a estar presente na vida de um número massivo de pessoas após a segunda grande guerra. Se por muito tempo uma elite hospedou-se em locais seletos, por uma série de contextos socioeconômicos as demais camadas sociais passaram a ter mais tempo livre e mais agilidade em visitar lugares diferentes. Havendo mais deslocamento de pessoas, passou o turismo a ser objeto de estudos, a maioria com enfoque na atividade econômica que ele representa e nas relações socioculturais entre visitante e visitados.

No presente trabalho a abordagem do turismo dar-se-á através da análise da relação entre turistas e comunidade autóctone, suas conseqüências e sugestões para que haja desenvolvimento sustentável do turismo inclusive. Conjectura-se que a hospitalidade no destino é potencializada através de uma melhor compreensão do fenômeno turístico, sendo obtida através de processos formais de educação.

A leitura do presente trabalho poderá despertar no professor, no educador e no administrador público o comprometimento em desenvolver, considerando a sua realidade, o interesse de conscientizar as pessoas à sua volta das responsabilidades assumidas quando no papel de turistas ou quando no papel de autóctone. O turista, após a leitura do texto, terá condições de adotar postura mais crítica, comportando-se de forma mais responsável em sua próxima viagem. Não há uma única resposta correta a esta questão, - nem os modelos e soluções relatados pelos autores pesquisados podem ser assim considerados - mas através do presente trabalho são apresentadas reflexões que auxiliarão em sua formulação.

### **A inserção do Turismo nas políticas de educação no Brasil**

Na Constituição Federal do Brasil consta que todas as pessoas residentes no país têm direito a desenvolver-se, serem preparadas como cidadãos e a receberem qualificação para o trabalho através do incentivo e da colaboração da sociedade. A transmissão e o aprendizado destes conteúdos é dever do Estado e da família, conforme o capítulo “Da educação, da cultura e do desporto” da Constituição Federal. Garcia (2008) explica que estes três objetivos fundamentais do sistema educacional no Brasil compreendem o desenvolvimento da pessoa de forma plena, ou seja, formação física e psíquica; o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho, trabalho este que, conforme a Constituição Federal, é a base da ordem social, que tem como objetivo o bem-estar e a justiça sociais, e o fundamento da ordem econômica no Brasil

Mas não é somente na Constituição Federal que constam dispositivos regulatórios da Educação no país. A educação está dividida em sistema federal de ensino, sistema estadual de ensino e sistema municipal de ensino, de sorte que há uma série de leis federais, estaduais, municipais e resoluções administrativas de seus respectivos órgãos de ensino. A análise no presente artigo será limitada aos seguintes diplomas legais.

a. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);

b. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, na parte em que dispõe do Plano Nacional de Educação (PNE).

A LDB mantém os princípios constitucionais da educação de pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho, relacionando

a educação a processos formativos não restritos a instituições de ensino e pesquisa, mas compreendidos também na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Dentre os princípios balisadores da LDB serão destacados a “valorização da experiência extraescolar” e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Art. 3º, X e XI), demonstrando o legislador que o ensino formal deve considerar a realidade de seus alunos em sua proposta pedagógica. Expressamente, a LDB incumbe os estabelecimentos de ensino em “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”(Art. 12, VI).

É claro que a aplicação dos citados princípios só será possível se houver professores preparados para tanto. Neste sentido Mello (2000) afirma que “a formação inicial de professores constitui ponto principal a partir do qual é possível reverter a qualidade da educação”(MELLO, p.102). Muito mais do que o discurso de valorização dos professores, frequentemente restrito ao incentivo salarial, trará resultado aos alunos a reciclagem dos profissionais de ensino a partir dos novos parâmetros. A LDB trata também dos níveis e das modalidades de educação e ensino, reiterando para a educação básica (educando de zero a catorze anos) o exercício da cidadania e meios para progredir no trabalho (Art. 22) e abrangendo o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (Art. 26, §1º), incentivando que cada sistema de ensino e estabelecimento escolar tenha em seu currículo uma parte diversificada devido às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e de sua clientela (Art. 26)

Além destas características, os currículos deverão ter conteúdos que sigam, entre outras, a orientação para o trabalho e a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática como diretrizes (Art. 27, I e III).

A formação básica do cidadão, para a LDB, através do ensino fundamental (educandos de seis a catorze anos) compreende a capacidade de aprender com formação de atitudes e valores, o domínio da leitura, da escrita, do cálculo, a compreensão dos ambientes social e natural, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca. Como bem ressalta SOBRAL (2000, p.7) “a educação fundamental é considerada o patamar inicial para a conquista da cidadania social, sabendo-se, entretanto, que ela só será de fato viabilizada com a universalização da educação básica.”.

O Plano Nacional de Educação (PNE), que define as metas e diretrizes para cada nível e modalidade de ensino, está previsto no artigo 87 da LDB. A premissa de que “a inteligência não é herdada geneticamente nem transmitida pelo ensino, mas construída pela criança, a partir do nascimento, na interação social mediante a ação sobre os objetos, as circunstâncias e os fatos” é assumida no PNE e, por isso, também estabelece que “a intervenção na infância, através de programas de desenvolvimento infantil, que englobem ações integradas de educação, saúde, nutrição e apoio familiar são vistos como um importante instrumento de desenvolvimento econômico e social” (PLANALTO, 2009).

Sob o enfoque do desenvolvimento econômico e social, o PNE atribui à escola responsabilidade mais ampla do que somente ensinar (o que já não é pouco) e prevê que o atendimento social deve ser maior aos alunos carentes, de forma que sua articulação com a família permitiria que tanto a escola quanto a família complementem a educação que proporcionam e se enriqueçam; a integração da família e da escola produziria “aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas” (PLANALTO, 2009). Apesar de reconhecer que o investimento em educação infantil obtém taxa de retorno econômico superior a qualquer outro e, por outro lado, os recursos disponíveis para a educação serem limitados, a melhoria de qualidade do ensino em todos os níveis é mencionada como um dos objetivos e prioridades do PNE. Também consta no PNE que “A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (PLANALTO, 2009).

Uma vez que a educação não está restrita aos freqüentadores da escola, que a escola é incentivada a atuar na comunidade em que está inserida, não se limitando aos seus alunos e respectivos familiares, além de que sua atuação deve proporcionar aos educandos consciência cidadã e qualificação para o trabalho, claro está que o conteúdo programático de seu currículo escolar deverá estar o mais próximo possível da realidade da comunidade que freqüenta as aulas e em constante revisão e aprimoramento.

A atual política nacional de educação no Brasil institui que todas as matérias tradicionais devam continuar sendo ensinadas, mas de forma mais próxima a seu contexto, não como uma teoria a ser memorizada e sem utilidade prática.

A proposta do PNE para este contexto é a utilização de assuntos transversais, a serem abordados em diversas disciplinas:

A atualidade do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar esse novo mundo que se desenha. As novas concepções pedagógicas, embasadas na ciência da educação, sinalizaram a reforma curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que surgiram como importante proposta e eficiente orientação para os professores. Os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população. Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros. Esta estrutura curricular deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de educação dos Estados e Municípios (PNE, 2009).

O PNE vem sobretudo reforçar as diretrizes e conceitos estabelecidos em 1996 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) acerca das metas educacionais para todo o país, “além de subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos Estados e Municípios” (AVENA, 2006, p.175). Os PCN prevêem a flexibilidade necessária aos currículos do ensino básico em consonância com as realidades locais, mediante a inserção de temas transversalizados que favorecem a compreensão de conteúdos de interesses específicos e demandados pela sociedade local.

Segundo Avena (2006), os PCN oferecem como temas transversais: a ética, a pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e temas locais. Para este mesmo autor, é neste último tema, que se volta para as urgências locais e suas idiossincrasias, que é possível a inserção do tema Turismo para os estudantes do ensino básico. Nesta acepção, Estados e Municípios dotados de destinos turísticos podem implantar uma organização curricular onde o tema turismo possa trespassar as diversas disciplinas, permitindo uma desfragmentação do ensino por intermédio de uma maior contextualização deste à realidade local.

A utilização no ensino dos assuntos de forma não fragmentada reflete o pensamento de Morin (2005) de que “o ensino de uma disciplina isolada atrofia a aptidão natural da mente a contextualizar os conhecimentos”, pois “um conhecimento pertinente é aquele que permite situar as informações que recebemos no seu contexto geográfico, cultural, social, histórico”.

O certo é que as alterações ocorridas na sociedade, com a diminuição de fronteiras e o avanço tecnológico tornaram importantes outros conhecimentos, além das disciplinas tradicionais, como Matemática, Física, Química, Português, Literatura e Biologia. O exemplo de mudança mais recorrente é a utilização de computadores em sala de aula.

Se por um lado o conhecimento de informática é cada vez mais desejável no mercado de trabalho, as exigências deste mesmo mercado tornam os pais trabalhadores mais distantes de seus filhos, sendo cada vez mais exíguo o tempo livre disponível para os filhos e, com menos possibilidade de educá-los, delegam indiretamente à escola responsabilidade tradicionalmente atribuída a si.

Brincadeiras de criança, muitas delas educativas e inseridas em nosso folclore, deixam de ser compartilhadas com as novas gerações. Esta não é uma constatação exclusivamente brasileira: Leitner e Leitner (1996), ao demonstrarem os benefícios do lazer, tais como aumento do bem-estar, desenvolvimento social, boa forma física e redução do estresse, afirmam ser necessário que as escolas ensinem lazer aos estudantes, o que seria bem mais amplo que as aulas de educação física. Michaelis; O'Connell (1987 apud LEITNER; LEITNER, 1996, p. 30), no mesmo sentido, apontam o sucesso de um programa de educação de lazer familiar destinado a ajudar famílias a aprender de forma exitosa a recrear juntas.

França (2007) aponta a influência do lazer no processo de aprendizagem a partir de sua experiência com jovens de baixo poder aquisitivo, no programa Primeiro Emprego no Pará, constatando, através da percepção do aluno, que o lazer direcionado ampliou a aprendizagem cultural e a sociabilidade.

O turismo está presente na vida de muitos brasileiros. A curiosidade por conhecer lugares ainda não visitados é comum mesmo entre os que não têm a oportunidade de viajar. Além disso, é cada vez maior a quantidade de pessoas que se deslocam e, mesmo quem não teve ainda a oportunidade de ser turista, provavelmente conviverá com turistas que podem estar visitando o seu município de domicílio.

A convivência harmoniosa com pessoas de outra cultura, seja na qualidade de visitante, seja como comunidade autóctone, não pode ser responsabilidade exclusiva da sociedade, muitas vezes surpreendida com as diferenças, mas sim ensinada em sala de aula.

Defende-se, portanto, que a inserção do turismo nos chamados “temas transversais”, previstos tanto no PNE quanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, é um significativo contributo para o alcance desta convivência harmoniosa. Em vários municípios e regiões, o fenômeno do turismo e o chamado processo de turistificação vão ocorrer diante dos olhos de crianças e adolescentes residentes nos destinos turístico e, dessa forma, torna-se necessário que estes tenham uma compreensão dos porquês e finalidades deste fenômeno para que, no futuro, estes jovens possam ser “melhores turistas” ou até mesmo,

precocemente, vislumbrar possibilidades de inserção econômica na atividade. Conforme será demonstrado, a tolerância às diferenças é apenas um dos benefícios da inclusão do turismo como tema transversal no ensino fundamental.

### **Turismo: a crescente presença que influencia a todos.**

A Revolução Industrial, que teve seu início na metade século XIX, alterando de forma significativa o modo de vida da população, em especial dos ingleses, foi o cenário que despertou em Lafargue (2000) o questionamento quanto à necessidade de lazer aos trabalhadores.

Posteriormente, Dumazedier (1980) preocupou-se também com a importância do lazer e estudou a sua diferença em relação ao tempo livre, ele observa, por exemplo, que “Há várias teses que procuram interpretar essa força criadora do lazer, pois o lazer, efetivamente, é mais que um simples complemento do trabalho, é uma fonte de produção de valores novos” (DUMAZEDIER, p.59). Por questões culturais, muitas vezes o trabalhador percebe no lazer a recompensa por uma rotina de trabalho e, se desempregado ou aposentado, sente-se menos merecedor do lazer, apesar da maior disponibilidade de tempo livre.

Crítico à sociedade contemporânea, De Masi (2001) afirma que “todas as instituições que cuidaram da gente – a família, a escola e as instituições religiosas – nos preparam, de uma forma obsessiva, para trabalhar, negligenciando a educação para o lazer, identificando-o só como consumo exibicionista, caro e perigoso.” (DE MASI, p.298-299) O resultado da educação recebida é não saber se portar nos momentos em que não se está trabalhando, valorizando muito mais o dinheiro, prestígio e poder possibilitado pelo trabalho, do que as alegrias proporcionadas no tempo livre.

A vida voltada ao trabalho leva as pessoas, com alguma periodicidade, nem que seja anual, a mudar de forma brusca sua rotina, desenvolvendo atividades lúdicas para recuperar suas energias e, depois, retornar renovadas ao trabalho. A possibilidade de tais passeios, por muito tempo, foi exclusividade de uma classe social dominante. Após a segunda guerra mundial, a disponibilidade dos meios de transporte de massa e a inserção da mulher no mercado de trabalho, tornaram possível às famílias um maior rendimento discricionário, passando o turismo a ser acessível à classe média.

Mas no que consiste o turismo? Os textos consultados o consideram como objeto recente de estudo e mencionam pelo menos uma das definições divulgadas pela Organização

Mundial do Turismo (WTO). Cada autor critica ou descreve melhor o trecho do conceito em que tem maior enfoque em seu estudo, mas sempre estão presentes no conceito o deslocamento de pessoas (meio de transporte, forma e tempo), a motivação para o deslocamento e suas conseqüências.

No presente trabalho turismo é considerado qualquer deslocamento não rotineiro com a finalidade de usufruir de seu destino temporariamente e, geralmente, por período pré-determinado. A fruição do destino pode ter várias motivações, tais como lazer, trabalho, contato com a natureza, nostalgia, gastronomia, estudo e saúde (tratamento médico). O atrativo que justifica o deslocamento tem a finalidade específica de diferenciar a qualificação do turista, mas não prejudica a definição de turismo.

Ao contrário dos autores pesquisados, também será considerado turismo no presente artigo o deslocamento dentro de um mesmo município<sup>3</sup>, como visitar um museu ou um parque, desde que não seja uma atividade diária ou usual, nem ser estes lugares o local de trabalho de quem está se deslocando. O entendimento é de que quem tem o deslocamento em sua rotina, ou o faz sem pretensão de retornar, como alguns trabalhadores e os imigrantes, não deve ser considerado visitante.

Argumentação parecida possuem GASTAL e MOESCH (2007), que atribuem ao turismo processos de estranhamento que têm no experimentar, vivenciar e conviver seus mobilizadores:

“Se, nas cidades, mesmo os bairros se colocam como espaços de identidade e identificação, para viver outros cenários não seria mais necessário sair dos limites urbanos, pois estes se tornaram o território da multiplicidade, permitindo ao indivíduo ser turista mesmo sem abandonar seu território. Também se estaria migrando de um conceito de turismo marcado pelas distâncias especiais para um conceito que priorizasse a sua prática como o percorrer tempos e espaços diferentes dos rotineiros. Turismo seria menos o percurso no espaço, para tornar-se um percurso por tempos-espaços, em especial culturais, diferentes daqueles a que esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências. (GASTAL;MOESCH 2007, p.37).

A manutenção e viabilidade dos lugares visitados está diretamente relacionada ao seu número de visitantes, independente de sua origem. Para o Estado, aqui compreendido o

---

<sup>3</sup> De forma exemplificativa, atualmente muitos hotéis de luxo em São Paulo aceitam que residentes tenham acesso a seus serviços, através de programa conhecido geralmente como day-spa. Pacotes diferenciados para casais, incluindo além da hospedagem peças de teatro, também vem sendo consumidos por paulistanos, que preferem a comodidade de hospedar-se com luxo e próximo ao local do programa noturno do que ter de enfrentar o trânsito existente também na madrugada dentro de um taxi (ou no carro, mas sem consumir bebida alcoólica). O comportamento destes casais é muito próximo ao de qualquer casal não residente em São Paulo e que tenha adquirido o mesmo pacote; os planejadores do turismo não podem ignorar este público.

Município, o Estado-membro ou o País, é relevante saber quanto de divisas foi arrecadado, mas para o dono do quiosque na beira da praia ou para o administrador de um museu o importante é que pessoas os frequentem e, em seu planejamento, todas devem ser consideradas, independente de sua origem. O certo é que sempre estarão presentes nas análises relacionadas ao turismo os visitantes que se deslocam, o motivo do deslocamento, a infraestrutura que será utilizada pelos visitantes, as opções oferecidas ao visitante e a comunidade autóctone.<sup>4</sup>

O interesse pelo turismo, para as comunidades receptoras, deve-se principalmente aos seus aspectos econômicos, pois é considerado um grande empregador de mão-de-obra de baixa qualificação. De forma otimista, Fernandes e Coelho (2002) afirmam que “a partir da decisão de priorizar o turismo, transformações sociais, amplamente benéficas, ocorrerão a curto, médio e longo prazos.”(FERNANDES; COELHO, 2002, p.100). Transformações haverá para os autóctones, mas não é possível generalizá-las como benéficas.

Além dos aspectos econômicos, uma das vantagens atribuídas ao turismo é a possibilidade de conhecer as diferenças culturais e compreendê-las de uma melhor forma a partir de seu convívio. Moesch (2008) aponta prós e contras de sete aspectos do turismo e uma de suas críticas refere-se às trocas culturais, que entende serem superficiais, ressaltando a necessidade dos turistas terem postura ética em suas visitas.

É importante lembrar que todo turista, quando chega a um determinado lugar, é portador de uma bagagem invisível, a que chamamos bagagem de cidadania ou bagagem cidadã. Se esse viajante, em sua vida infantil e adulta, foi contemplado com os direitos que lhe confere a sua condição de ser social, é muito provável que o seu comportamento frente ao meio ambiente estranho nada deixe a recriminar. Cidadão na essência do termo, tem postura digna de visitante, respeita as normas vigentes e é respeitado pelos visitados”(MOESCH, 2008, p.90-91).

O como comportar-se deve ser ensinado tanto ao turista quanto a quem o recebe. Se anteriormente foi apontado que a realidade das famílias é a de que todos os adultos trabalham, havendo menos contato entre pais e filhos e sendo transferida às escolas parte da educação que antes era recebida em casa, não pode a escola ignorar o ensino de tal conteúdo. Além disso, se o turismo é recente para a maioria da população, é previsível que as famílias e a comunidade não tenham o conhecimento de qual a melhor forma de portar-se perante terceiros que possuem hábitos e cultura diversos aos seus, cabendo à escola ensiná-lo.

<sup>4</sup> Beni (2002) conceitua turismo como “elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço”, sendo de grande importância para a compreensão do turismo o Sistema de Turismo – SISTUR por ele proposto.

O comportamento em um meio ambiente natural deve ser o mesmo na praça perto de casa ou na localizada em outro continente, deve ser natural não arrancar flores ou pisar na grama. A compreensão do valor histórico ou simbólico de um bem ou de um lugar já deve ser possível na adolescência. Para tanto, a visitação monitorada a estes lugares já deve ser um hábito prazeroso desde a infância. Exigir da família a iniciativa à introdução deste hábito é utópico, cabe ao poder público incentivá-lo e as escolas tornam-se o melhor meio de viabilizar esta prática de forma precoce.

O turismo, para ser sustentável, dependerá da relação entre turista e receptor. Quanto menor a dependência de quem é visitado, em relação ao visitante, maior a probabilidade de sua sustentabilidade<sup>5</sup>. Mais do que relação entre pessoas, a interação que o turismo pode proporcionar, dependendo do interesse do turista e do autóctone, é enriquecedora e permite maior compreensão da realidade do outro e conseqüente convivência pacífica com a diversidade.

É a partir da análise do destino turístico e de eventuais alterações nos hábitos da comunidade receptora que é possível verificar se há sustentabilidade no turismo praticado na região, considerando-se sempre o longo prazo. Um planejamento da atividade turística com preocupação em sua sustentabilidade deve considerar que os turistas geralmente têm hábitos diferentes aos da população local, podendo ser considerados até ofensivos, por outro lado, dificilmente estão os turistas dispostos a mudá-lo, mesmo ficando no lugar por curto espaço de tempo.

Isso significa que não há somente uma forma de planejar o turismo. Krippendorf (2001) fala em guetos para os turistas que não têm interesse em relacionar-se com os autóctones e querem somente descansar. Pelo modelo apresentado pelo autor, trata-se do que se conhece no Brasil como hotéis resorts.

Destinar uma área isolada à recepção de turistas, mantendo as características de conforto e a culinária de seu local de origem, estratégia divulgada pelo marketing como “padrão internacional” pode decepcionar as pessoas que vislumbram no turismo a possibilidade de paz através da compreensão da diversidade existente no planeta, só que é exatamente porque há diversidade na preferência dos turistas que existem diferentes propostas de turismo sustentável.

5 Sampaio (2005) relata experiências positivas de turismo classificado por ele como turismo comunitário: em Santa Rosa de Lima – SC, uma associação coordena e distribui de forma igualitária as reservas de hospedagem nas casas dos agricultores. Na Prainha do Canto Verde todos os empreendedores são oriundos da própria comunidade e o turismo contribui para conservação do ambiente cultural e natural. Nas duas cidades o turismo não é a atividade econômica principal.

As características do destino e da comunidade receptora é que dirão o melhor modelo de turismo a ser desenvolvido. Se os autóctones convivem bem com a presença de outra cultura, sem perder a sua identidade, e se os turistas têm possibilidade de lhes proporcionar melhores condições de vida, o turismo desenvolvido de forma monitorada será benéfico a todos. Por outro lado, se o temperamento das pessoas não é propício à troca, que seja utilizado outro modelo, como o dos guetos.

Lemos (2008) defende que as relações sociais são a base de produção do turismo, ao invés de uma estrutura específica, e “o fator diferencial da qualificação do planejamento e da operacionalização do Produto Turístico” (LEMOS 2008, p. 74). Wainberg (2008) é cético quanto à real integração e aprendizado proporcionados pela atividade turística, pois sob o ponto-de-vista do turista afirma que: “O turismo, por ser fenômeno efêmero, não propõe interação intercultural, e como antídoto à discriminação, serve como elemento educativo de efeito limitado” (WAINBERG 2008, p.57).

O fato é que sempre existirão pessoas de gostos e afinidades diferentes e não há como um destino ter todos os perfis. O importante é as pessoas saberem que existe uma diversidade de opções, que é possível ter boas férias interagindo com o outro ou simplesmente não fazendo nada. Mas também que há limites a serem observados e que por mais diferente que a noção de respeito possa ser, ele sempre deverá ser observado. É a educação que conscientiza a este respeito.

Algumas iniciativas neste sentido são feitas pelos próprios agentes de viagem, ao instruírem os seus clientes sobre os hábitos do destino e o que não devem fazer durante a viagem, mesmo que seja um hábito considerado normal em sua cultura. Exemplos são o consumo de álcool em países muçulmanos ou fazer nudismo em praias que não tenham a sinalização permissiva para tal prática.

Outra possibilidade de informação, que tornará não só mais harmoniosa a viagem, como também mais rica, é a apontada por Gastal:

Se os viajantes/visitantes forem informados sobre o contexto social que a gerou – onde a obra foi criada, como viviam as pessoas ali, como era seu cotidiano – elas passarão a olhá-la com novos olhos. Neste caso, em vez de oferecer apenas o produto, estaremos oferecendo um processo e retomando a gênese da Cultura e da Viagem. A Cultura passará a ser veículo de socialização entre visitantes e visitados, quando ela for um processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade (GASTAL, 2008, p. 116).

A explicação sobre a cultura e a história do lugar deve ser feita de forma muito mais consistente do que a de um guia turístico durante um passeio; ao turista que tem interesse em tais informações devem estar disponíveis meios de obtê-las, seja conversando com os moradores locais (que se espera tenham consciência de sua importância e saibam falar sobre o seu lugar e a sua gente) ou visitando lugares apropriados, como museus.

Difícilmente um adulto que não teve incentivo e estímulo para conhecer o outro, ou até o que não conhece as suas origens e cultura durante a infância passará espontaneamente a ter este hábito de pesquisar as diferenças e propor-se a conviver com elas. Há pessoas que viajam porque gostam e os que viajam porque os outros viajam.

A parcela de pessoas que imitam o que os outros fazem só passará a ter uma atitude responsável quando isso for senso comum entre os imitados – se quem serve de exemplo passar a visitar lugares somente após ter resposta satisfatória da forma como os recursos do turismo são aplicados, a conservação da natureza e as condições de vida da população, será reduzido o público interessado em conhecer lugares degradados ou com população explorada.

O senso crítico e a consciência cidadã, que refletirão o comportamento do indivíduo adulto, devem ser ensinados desde a infância e não pode ser pressuposta sua aprendizagem somente através da convivência familiar. É fundamental que as consequências dos atos e omissões sejam ponderadas nos papéis desenvolvidos na vida, não só como turista. E tal reflexão deve ser ensinada também na escola. Afinal, todo ser humano tem condições de ser mais do que um animal que se alimenta, eventualmente reproduz-se, e morre.

O turismo é apenas mais uma forma de ajudar (ou prejudicar menos) o outro, tudo dependerá do quanto sustentável for o seu planejamento. Sem a efetiva participação do poder público no correto direcionamento do turismo, seja através do cuidado com o patrimônio da região - natural, histórico ou cultural – seja através da fiscalização da sua utilização, não é possível considerar que a atividade está sendo desenvolvida de forma sustentável, com distribuição espacial e de renda.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) atribuiu a vários sítios o título de patrimônio cultural da humanidade, ajudando a preservá-lo. Da mesma forma, cabe a toda sociedade – não só a quem habita os destinos turísticos atuais – formar cidadãos que saibam preservar o patrimônio cultural e natural existente.

A visitação é a melhor forma de compreender um povo, pois será possível vivenciar sua cultura, bem como para conhecer um patrimônio histórico ou natural. A consciência da diversidade permite melhor convivência com as diferenças, como ocorre em destinos turísticos em que turistas e comunidades autóctones convivem de forma harmoniosa.

O turismo, assim, é relevante não só como atividade econômica, mas também para a compreensão da diversidade, sendo considerado “o instrumento apropriado para melhorar a qualidade da vida de todas as pessoas e como uma força vital para a paz e entendimento mundial” (World Tourism Organization - WTO, 1985).

O modo correto de comportar-se, com o entendimento do quanto é importante preservar a diversidade, não é inerente à natureza humana, mas deve ser ensinado, sobretudo no ambiente escolar e independentemente de estar a escola em um destino turístico. Se o hábito de valorizar o que é seu e de respeitar o outro ainda não é cultural, é no mínimo ingênuo atribuir às famílias a educação de seus filhos desta forma.

Para a sustentabilidade e hospitalidade no turismo tanto comunidade receptora quanto turistas precisam estar informados do contexto em que estão inseridos, conscientes das consequências de seus atos e omissões no relacionamento com o outro, informação que deve ser difundida através da educação formal.

Há um dito popular que diz ser a prevenção o melhor remédio. A prevenção para o desenvolvimento do turismo sustentável é a educação das pessoas. A preparação de uma comunidade para qualquer fato superveniente ocorre, pelo menos, informando-a e conscientizando-a do processo em que está/será inserida. Desta constatação formula-se uma possível solução para o problema, a de que não é possível turismo sustentável sem educação dos autóctones.

Inserir o turismo na educação formal das escolas de municípios que sejam destinos turísticos, como as experiências relatadas por Fonseca Filho (2007) em Barueri-SP e por Silva Junior (2006) nos municípios de Saquarema e Mendes, no Rio de Janeiro, são iniciativas importantes, porém não suficientes.

Os destinos turísticos costumam ter uma época do ano em que a sua população dobra ou até triplica, chamada alta temporada. Mesmo que a totalidade dos moradores de um destino turístico tenha sido educada a ter consciência ecológica e a preservar suas tradições, na alta temporada, isso significará metade ou um terço da população existente agindo de forma consciente.

Saber comportar-se, preservando a natureza e os sítios históricos; conhecer sua cultura e compreender que é possível sua co-existência com outras culturas, por mais diferentes que sejam, é o que será chamado de consciência turística.

A ausência de consciência turística nas pessoas dificulta muito a fiscalização e a conservação por parte do poder público do destino turístico – que no máximo tem alcance na educação de seus moradores. Somado a este fato é válido lembrar que todo e qualquer patrimônio pertence à humanidade, não somente à comunidade residente.

Toda pessoa é um turista em potencial. Desde cedo, na infância, deve ser ensinado que há diversidade cultural, locais históricos e uma natureza a ser preservada. Hernández e Tresseras (2007) afirmam que “patrimônio - patrimônio histórico, patrimônio cultural e patrimônio natural – é uma construção cultural e como tal sujeita a mudanças em função de circunstâncias históricas e sociais”. (HERNÁNDEZ; TRESSERAS, 2007, p.11).

Gastal e Moesch (2007) afirmam que “é fundamental que aqueles que viajam saibam viajar, afetando o mínimo os espaços percorridos” (GASTAL; MOESCH 2007, p.10). Os autores defendem que nas políticas públicas o turismo seja aliado à cidadania, devendo as comunidades locais ter um sentimento de pertencimento. Quanto maior o sentimento de pertencimento das pessoas, maior seria seu grau de cidadania, participando nas decisões sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido na região. Ressaltam ainda os autores que “cidade boa para o turista seria aquela que é boa para seus cidadãos” (GASTAL; MOESCH 2007, p.16).

Não há como ter consciência do que é bom para si sem domínio das possibilidades existentes, o conhecer e o exigir para si são ações relacionadas diretamente ao exercício da cidadania, comportamento que deve ser ensinado desde a infância.

Barretto et al (2003), através de entrevistas com uruguaios residentes no Brasil por opção, e não por necessidade, demonstra que o atual conceito de cidadania é mais amplo do que o pleno exercício de direitos civis e sociais, pois engloba também a satisfação de necessidades como o direito ao consumo de todos os bens produzidos pela sociedade. Neste sentido, viajar passa a integrar o conceito de cidadania, sendo mais um motivo para a inclusão deste tema transversal no ensino formal.

O ensino do turismo considerado essencial não é profissionalizante, nem um resumo do que é ensinado aos bacharéis de turismo, mas uma adaptação de antigas regras de etiqueta

com a realidade de um mundo globalizado, há muitas analogias possíveis entre planejar uma viagem e planejar uma vida, entre compreender que há diferenças culturais (não uma cultura que seja melhor) e a manutenção da paz.

A inserção de um novo conteúdo pode gerar resistência inicial dos professores, mas através de treinamentos em que além do conteúdo a ser lecionado sejam feitas dinâmicas motivacionais, esta primeira dificuldade será ultrapassada. Os professores sempre poderão utilizar a criatividade na elaboração de suas aulas, se turismo é uma opção de lazer, aulas lúdicas e úteis para a vida dos cidadãos é a proposta ideal.

A realidade atual das famílias, em que as crianças pouco contato têm com os familiares adultos faz com que modos de agir que deveriam ser ensinados em casa tenham que ser tratados em sala de aula. Não obedecer regra básica de educação de ouvir quem fala, que com a tecnologia pode ser estendida a não atender o celular durante uma exposição, é sentida tanto em sala de aula, através de turmas classificadas como sem disciplina (a quem cabe dar a disciplina aos alunos?) em que o professor precisa gritar para ser ouvido por alguns; como em uma apresentação de um guia turístico, de um monitor de museu, ou durante uma peça de teatro ou cinema – às vezes até em reuniões de trabalho. Por precaução, a regra deveria ser explicada no primeiro dia de aula e, se necessário, reiteradamente cobrada.

Outro exemplo simples e sempre útil é a alimentação. Dependendo da faixa etária do aluno, estudar a alimentação poderia compreender desde como comportar-se à mesa, a pirâmide dos alimentos, pratos típicos da região, composição nutricional dos alimentos, com análise da embalagem dos produtos e a respectiva função de cada componente químico no organismo humano, e as diferenças gastronômicas entre as regiões nacionais e internacionais (conhecer a origem das receitas culinárias mais consumidas).

Aprender fazendo é mais didático e lúdico do que aulas expositivas em sala de aula, muitas vezes sem auxílio de qualquer material didático. As restrições orçamentárias, muito comuns no país, podem exigir adaptação. Assim, o aluno pode escrever uma carta a um amigo imaginário, como se fosse um estrangeiro visitando seu município, elencando as principais atrações e as diferenças existentes.

O ineditismo em sala de aula e a interdisciplinaridade exigida aumentam o desafio da inclusão de conteúdos relacionados a turismo. Silva Junior (2006), que participou da elaboração de conteúdo programático de turismo do quinto ao oitavo ciclo de ensino pondera que:

Nos municípios turísticos, torna-se difícil para os professores de outras disciplinas, sem assessoria de profissionais especializados, planejarem conteúdos e programarem atividades pertinentes à conscientização da importância do turismo e à necessidade da preservação dos atrativos naturais, devido à complexidade dessa área do conhecimento. É imprescindível a participação pedagógica do profissional de turismo, com formação acadêmica humanista, que perceba o Turismo como um fenômeno sócio-econômico-ambiental, e que tenha o olhar amplo, não dimensionando a atividade apenas como fator econômico. (SILVA JUNIOR, 2006, p.67)

A assessoria de um turismólogo sem dúvida contribuirá para um material didático mais eficiente e um melhor treinamento dos professores.

Outro ponto crítico na interação entre residentes e não-residentes em um destino turístico é a diferença cultural. As regras de conduta (se é permitido fumar, falar ao telefone, *etc.*) dentro de um espaço devem estar definidas antes do ingresso no local e é pressuposto que todos a cumpram. Enquanto não houver educação das pessoas direcionada ao comportamento em ambientes coletivos, regras claras devem estar definidas. Exemplificativamente, até que ponto é razoável conversar banalidades ou utilizar tom normal de voz dentro de um museu? Em ambientes movimentados, dependendo da sua acústica, um comportamento desses pode tornar desagradável a permanência ou inacessíveis os recursos de áudio, cada vez mais comum, mas de custo elevado.

Posições como decidir entre investir em monitores ou distribuir aos visitantes áudio guias dependerá das características do que é mostrado e do perfil de turista que o visita. Neste sentido Gastal e Moesch (2007) concluem que:

Uma política pública deve ter clareza sobre a concepção de Turismo que defende, sobre qual a visão de desenvolvimento buscar e sobre quais são os seus compromissos. Deve, ainda, ter como objetivo democratizar o bem público chamado Turismo, possibilitando que o lazer e a hospitalidade sejam acessíveis a todos, visitantes e cidadãos, não apenas como uma potencialidade, mas como realidade, e que a sociedade organizada incida nessas definições. (GASTAL; MOESCH 2007, p.42)

Muitos destinos têm como objetivo atrair turistas estrangeiros. Mas nem todo estrangeiro tem interesse em permanecer em guetos turísticos. É necessário estabelecer um mínimo aceitável, hoje conhecido como padrão internacional, mas que reflete a cultura dos povos economicamente dominantes, que são os que mais viajam. A educação das pessoas, desde a infância, dentro destes padrões básicos, não alteraria significativamente sua cultura.

Por outro lado, se cada vez mais aumentam as exigências no momento da escolha do destino, incluindo-se que haja boas condições de vida para a população receptora, por outro nem sempre o turista tem paciência para conviver com a diversidade: o latino pode considerar o anglo-saxão distante e frio e este, por sua vez, sentir-se invadido em sua privacidade quando for turista em país latino.

Saber comportar-se permite melhor integração entre visitante e visitado, é uma possibilidade de fornecer “qualidade internacional” sem restringir o acesso de locais de interesse natural e/ou cultural da comunidade autóctone.

O fato é que é mandatório aceitar a diversidade para termos paz. A convivência com as diferenças é que nos faz crescer. Ter contato com um só costume, uma só linha de pensamento - e mantê-los – aumenta a vulnerabilidade de quem assim vive. Assim como o planeta Terra, o ser humano é um ecossistema que não deve viver somente em volta de seu eixo, mas interagir com os demais elementos, interação que não pode anular quem ele é, nem colocar em risco a existência dos demais.

O objetivo principal da inclusão do turismo na educação formal deve ser o incentivo à reflexão das pessoas, para que tenham consciência de seus atos e omissões. Neste sentido afirma Krippendorf (2001):

Eu sonho com a realidade de uma busca da independência e da individualidade, associada a uma crescente abertura aos valores não materiais, como a saúde, o meio ambiente, a natureza, o saber e a educação. Trata-se, pois, da transformação de um turista conduzido e manipulado em turista informado e experiente e, afinal, emancipado e maior – um ser humano que seja um consumidor crítico não apenas em casa, mas também durante a viagem. O novo turista exprime claramente as necessidades e comporta-se de acordo com as mesmas. Forma-se, assim, um mercado de compradores em substituição ao de vendedores. Um mercado onde quem decide é o consumidor, e não mais o produtor.” (KRIPPENDORF 2001, p. 102)

O certo é que pessoas que são turistas críticos ou responsáveis também são cidadãos críticos ou responsáveis. O ensino do turismo deveria estar presente em todas as salas de aula e como tema transversal, preparando o aluno a conviver com a diversidade que o turismo e a vida impõem.

### **Considerações Finais**

A percepção em viagens feitas como turista, de que o profissional que possui contato direto com os visitantes dificilmente tem origem no destino turístico sendo insignificante a presença de moradores locais, bem como a constatação de que alguns destinos turísticos haviam perdido a sua atratividade, gerou o questionamento quanto aos reais benefícios do turismo às comunidades receptoras.

O turismo é descrito por alguns autores como uma necessidade de repor as energias, tendo como atração a diversidade. Outros, mais céticos, dispensam a ele o mesmo tratamento dado aos demais produtos e serviços consumíveis.

Observou-se que a manutenção da atividade turística exigia um obrigatório planejamento, o qual deveria incluir a preparação das futuras gerações. O treinamento não deveria ser restrito ao mercado profissional, mas envolver o conhecimento de situações que a diversidade do turismo impõe a todas as pessoas.

A conservação da atratividade do destino turístico, sem agredir visitantes e visitados, possibilitando a permanência da exploração da atividade, é o que se conceitua como sua sustentabilidade.

Partindo-se do pressuposto que a todo cidadão é importante conhecer sua cultura e a história do local em que vive, a preparação consistiria no aprendizado da cultura de seus ancestrais, da história do local em que vive para mostrá-la, usufruí-la, conservá-la e respeitar a cultura e a história do outro. Colocando-se na posição de turista, passaria o educando a melhor compreender o fenômeno em que está inserido.

A modificação do perfil da família brasileira, com pais cada vez mais ausentes no dia-a-dia dos filhos, se por um lado possibilita maior renda à família a mãe trabalhar fora, renda que poderá ser utilizada em viagens, por outro, menor será sua participação na educação de seus filhos. A escola, que antes era responsável por ensinar conteúdo teórico, passa então a ter que educar em sentido mais amplo os seus alunos, precisando ensinar bons modos, o que há alguns anos era conhecido como “etiqueta”. O contexto apresentado é, na verdade, uma oportunidade para o Estado formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e obrigações.

É nesse sentido que a LDB insere temas transversais às disciplinas tradicionais, exemplificando-os em seu texto como “ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e

consumo, entre outros” (PLANALTO, 2009). O turismo tem relação direta com todos os temas transversais transcritos, motivo pelo qual se formulou a hipótese de sua inclusão como um dos “outros” temas transversais previstos na LDB. A inserção do turismo na educação formal, nos primeiros oito anos de estudo, mais do que contribuir para a formação do indivíduo, seria também uma estratégia para a sustentabilidade e a hospitalidade de destinos turísticos.

Destino turístico que não conserva seu meio ambiente, seja ele natural, cultural, ou histórico, perde a atratividade. A diversidade histórica, cultural e natural é patrimônio da humanidade, não só de uma região ou município, preservá-la é responsabilidade que não pode ser atribuída somente à comunidade receptora, é obrigação de todos e somente será possível se lecionada já nos primeiros anos do ensino fundamental.

Outra vantagem dos destinos turísticos serem freqüentados pela comunidade autóctone é a diminuição de sua vulnerabilidade econômica aos fluxos de turistas. Considerando que a maioria dos destinos turísticos tem a alta temporada, determinada época do ano em que há maior procura por seus atrativos, se a comunidade local garantir um fluxo mínimo de visitantes, mais empregos à comunidade serão mantidos.

O incentivo às viagens e à convivência com a diversidade que ela impõe, permitindo sua prévia preparação desde o ensino fundamental, é estratégia que permitirá a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de melhor receber os turistas e menos impacto causar quando estiver visitando destinos turísticos.

## REFERÊNCIAS

- AVENA, B. **Turismo, educação e acolhimento**: um novo olhar. São Paulo: Rocca, 2006.
- BARRETTO, M.; BURGOS, R; FRENKEL, D. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas: Papyrus, 2003.
- BENI, M.C. O profissional de turismo na sociedade pós-industrial. In: GASTAL, S. (org). **Turismo Investigação e Crítica**. São Paulo: Contexto, 2002, p.93-110.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. – 21ª ed. Atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 1999.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. 4ªed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, 336p.

DUMAZEDIER, J. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FERNANDES, I.P.; COELHO, M.F. **Economia do Turismo teoria & prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FONSECA FILHO, A.S. Educação e Turismo: Reflexões para Elaboração de uma Educação Turística. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v.1, n.1, p.5-33, set. 2007.

FRANÇA, J. P. As influências do lazer no processo de aprendizagem: Programa Primeiro Emprego – Wapokai. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.1-7, 2007.

GARCIA, Maria. Competência Legislativa. In: PEREIRA, Antonio Jorge da Silva; SILVA, Cinthya Nunes Vieira da; MACHADO, Décio Lencioni; COVAC, José Roberto; FELCA, Marcelo Adelqui (coord). **Direito Educacional- Aspectos Práticos e Jurídicos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 34 – 46.

GASTAL, S. Turismo e cultura: por uma relação sem diletantismos. In:GASTAL, Susana (org). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. 4. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008, p.107-118.

GASTAL, S; MOESCH, M. M. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph. 2007.

HERNÁNDEZ, J. B.; TRESSERAS, J.J. **Gestión del Patrimonio Cultural**. Barcelona: Ariel, 2007.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 3ª ed., 2001.

LAFARGUE, P. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: UNESP, 2ª ed., 2000.

LEITNER, M. J., LEITNER, S. F. **Leisure Enhancement**. 2.ed. New York: The Haworth Press, Inc., 1996

LEMOS, L. A. Os Sete Mitos do Turismo: uma análise de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, Susana (org). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. 4. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008, p.71-83.

MELLO, GUIOMAR NAMO DE. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol. 14, no. 1, p. 98-110. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 27.03.2009

MOESCH, N. M. Turismo: virtudes e pecados. In: GASTAL, S. (org). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. 4. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008, p.85-93 em [www.periodico-doturismo.com.br/site/artigo/pdf/a%20Pratica%20do%20turismo%20pedag%c3%93gico.pdf](http://www.periodico-doturismo.com.br/site/artigo/pdf/a%20Pratica%20do%20turismo%20pedag%c3%93gico.pdf), acesso em 02.03.2009.

MORIN, Edgar, disponível em <http://edgarmorin.sescsp.org.br>, acesso em 24.02.2009

PLANALTO, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm), acesso em 17/02/2009.

PLANALTO, Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS_2001/L10172.htm), acesso em 25/02/2009

PNE. Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em 30.03.2009.

SAMPAIO, C.A. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SILVA JUNIOR, E. P. **Estudos turísticos e meio ambiente: uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: E. Pereira Silva Junior, 2006.

SOBRAL, FERNANDA A. DA FONSECA. Educação para a competitividade ou para a cidadania social?. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol. 14, no. 1, p. 03-11. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 27.03.2009

WAINBERG, J. A. Anotações para uma Teoria do Turismo: a indústria da diferença. In:GASTAL, Susana (org). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. 4. ed. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008, p.49-69.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism Bill of Rights and Tourist Code.**, disponível em <http://world-tourism.org/sustainable/doc/1985%20tourism%20Bill%20of%20rights.pdf>, acesso em 02/03/2009.

Artigo recebido em 12 de setembro de 2010

Aprovado para publicação em 10 de outubro de 2010